

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 04 de maio de 2021 às 07h12*  
*Seleção de Notícias*

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Patentes

**Por que a chamada quebra de patentes não é a atual solução para a pandemia? . . . . . 3**

## UOL Notícias | BR

04 de maio de 2021 | Direitos Autorais

**Autor de Milla vai à Justiça contra Netinho e autoriza versão de Mercury . . . . . 6**  
NOTÍCIAS

Marcas

**Flamengo terá que responder por marketing de emboscada na Libertadores . . . . . 8**  
ESPORTES | COLUNAS | FUTEBOL

04 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

**OAB deve sair em defesa de advogado que bateu boca com Toffoli . . . . . 10**  
CAROLINA BRÍGIDO

04 de maio de 2021 | Patentes

**Rascunho de acordo sobre vacinas ameaça ideia de suspensão de patentes . . . . . 12**  
JAMIL CHADE | JAMIL CHADE

## Blog O macaco elétrico - Estadão.com | BR

Direitos Autorais

**O segredo do meme de R\$ 2,5 milhões . . . . . 15**  
PAULO SILVESTRE

## Por que a chamada quebra de patentes não é a atual solução para a pandemia?



Maria Eduarda Junqueira e Mônica Sichel Gurvitz.  
FOTOS: DIVULGAÇÃO

Vivemos no Brasil a maior crise sanitária desde a gripe espanhola e, somado à pandemia propriamente dita, vivemos também sob uma enxurrada de informações sobre os mais complexos temas, sem ter o conhecimento necessário para discernir de imediato o que é verdade, o que é mentira e, inclusive, o que é meia-verdade. Dentro do grupo das meia-verdades, incluímos afirmações falsas que contêm elementos de verdade -- e talvez ousemos a dizer que esse seja o pior tipo de informação veiculado na mídia, pois se torna um verdadeiro desserviço à população.

Se há cerca de um ano a discussão sobre licença compulsória (também conhecida no jargão popular como "**quebra** de patentes") já voltava a ganhar seus contornos país a fora, hoje a realidade das vacinas criou um alvoroço e transformou a discussão em polêmica. A Propriedade Industrial imiscuiu-se na política e foi apoderada por alguns para consubstanciar discursos de viés de esquerda e de direita, quando o foco jamais deveria ser este.

Para além da discussão em alta no Supremo Tribunal Federal sobre o prazo de validade das patentes, vêm circulando na mídia reportagens apontando uma suposta ligação direta entre a **quebra** de patentes e a aceleração da vacinação mundial.

Esse é o caso de uma afirmativa que relaciona duas questões verdadeiras e legítimas que, porém, não tem a relação apontada no momento atual. Países ricos, grandes farmacêuticas e o próprio sistema de patentes vêm sendo taxados como os "vilões" na demora da vacinação da população mundial, quando na verdade, o buraco é (bem) mais embaixo.

Esse discurso não apenas confunde a população, mas também enfraquece dois assuntos cuja discussão é de extrema importância no Brasil: o primeiro, e mais urgente é a baixíssima quantidade de doses de vacina contra a COVID-19 no país; o segundo, é o debate sobre a influência do sistema de patentes na saúde pública.

O Brasil possui um dos sistemas de saúde pública mais respeitados do mundo e desde que aderiu ao acordo TRIPS em 1994 (condição necessária para fazer parte da Organização Mundial do Comércio), nossa lei de patentes foi alterada, permitindo o patenteamento de processos e produtos farmacêuticos, dentre outros. Desde então, a discussão sobre como essa exclusividade comercial temporária afeta o sistema público de saúde não saiu mais de cena.

Atualmente, não são as patentes de vacinas que estão limitando a vacinação (chamado por alguns de "apartheid das vacinas") ou o acesso às doses em si. No Brasil, os maiores entraves são, na verdade, a escassez de doses face a demora do governo em firmar acordos com as farmacêuticas, bem como a escassez de matéria-prima e a diminuta capacidade de produção das vacinas em território nacional.

Muito embora a capacidade de produção se refira à quantidade de doses produzida, é importante mencionar que a aptidão para produzir também precisa ser considerada, uma vez que a tecnologia envolvida na produção de vacinas pode ser extremamente complexa.

Continuação: Por que a chamada quebra de patentes não é a atual solução para a pandemia?

Há uma certa ilusão de que uma vez que uma patente é "quebrada", qualquer empresa farmacêutica teria o necessário em termos de conhecimento e estrutura para produzir grandes quantidades de dose seguras e eficazes. Há uma ilusão ainda pior de que as empresas desenvolvedoras das vacinas não receberiam qualquer tipo de royalties em troca.

No entanto, não é tão simples assim.

A produção de uma vacina envolve uma série de etapas complexas e conhecimento técnico específico avançado. Assim, é necessário que haja um bom processo de transferência de tecnologia entre a empresa que desenvolveu a vacina e a empresa ou instituto que irá realizar a produção. Quanto mais complexa e inovadora é a vacina, mais complicada é a transferência de tecnologia.

Nesse sentido, é de suma importância destacar a opinião daqueles envolvidos na produção das duas únicas vacinas atualmente produzidas e disponibilizadas no Brasil: Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, responsável pela Coronavac, e Mario Moreira, vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fiocruz, responsável pela vacina da Astrazeneca.

Em 08 de abril, ambos os representantes participaram da reunião da Comissão da Covid-19 no Senado, debatendo a transferência de tecnologia na produção de vacinas no Brasil. Tanto Dimas Covas, como Mario Moreira, afirmaram categoricamente que a **quebra** de patentes não soluciona a questão da falta de vacinas no país e, segundo Covas, pode representar um obstáculo ainda maior para o Brasil.

Já Moreira, na ocasião, esclareceu que ambas as Instituições estão no seu limite de produção, com destaque para a limitação oriunda da falta de IFA (Ingrediente Farmacêutico Ativo). O representante da Fiocruz mencionou também a importância da diplomacia nesse momento, principalmente no que se refere à possibilidade de aumentar o volume de com-

pra de IFA .

Para além disso, ambos os representantes da Fiocruz e Butantan chamaram atenção ao fato de que a colaboração da empresa que desenvolveu a tecnologia é fundamental para que a produção de uma vacina por outras empresas seja realizada de forma segura e eficaz.

No caso da Fiocruz, por exemplo, mesmo com um acordo bilateral com a Astrazeneca -- através do qual foi disponibilizado acesso a todos os documentos necessários -, o tempo para internalização da tecnologia é de 6 a 8 meses. Isso, porque a **patente** é apenas uma das proteções por trás dessas tecnologias complexas, que envolvem proteção por know-how e segredo industrial.

Entretanto, a despeito da opinião dos representantes da Fiocruz e do Butantan, no dia 29 de abril, o Senado aprovou a proposta do Projeto de Lei 12/2021 que autoriza o governo brasileiro a decretar a licença compulsória de patentes de vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos para a Covid-19, sob o pretexto de que tais medidas acelerariam o processo de imunização.

A licença compulsória é uma medida excepcional e, portanto, extrema -- tanto assim o é, que só foi aplicada no Brasil uma vez desde 1996 e não cabe aqui comparar a atual situação das vacinas, com o ocorrido em 2007 com o medicamento Efavirenz (usado no tratamento do HIV), uma vez que cada uma das situações contém suas peculiaridades. Porém, muitos entendem por bem reduzir toda a complexidade e excepcionalidade do sistema a uma "mera suspensão das patentes", como se simples fosse.

A legislação brasileira prevê situações específicas para a concessão de licença compulsória, como situações de emergência nacional ou de interesse público -- que é o presente caso. Mesmo assim, a licença compulsória é decretada somente após muitas conversas e tentativas de ajuste de preço entre o governo

Continuação: Por que a chamada quebra de patentes não é a atual solução para a pandemia?

e o titular da patente, sendo que o pagamento de royalties, inevitavelmente, continuará ocorrendo.

Em suma, "quebrar" uma **patente** não é um processo simplista. Não significa que a tecnologia estará disponível para que qualquer empresa interessada a produza e/ou a comercialize, e muito menos de forma gratuita, como muitos veículos de comunicação têm propagado. Tal alternativa há de ser considerada para ocasiões futuras, porém, certamente, não é a solução para os entraves enfrentados no Brasil atualmente.

Por isso, é importante que se olhe para o sistema de **patentes**, que vem sendo taxado de vilão, com outros olhos. Se não fosse a existência dessa sistemática, que garante exclusividade temporária aos seus titulares, possibilitando uma grande troca e divulgação de conhecimento técnico, muitas empresas

optariam por manter suas tecnologias em sigilo.

A inovação e o desenvolvimento tecnológico impulsionado em grande parte pelo sistema de patentes são os maiores responsáveis por termos vacinas contra a COVID-19 e, ainda por cima, em um período recorde.

**\*Maria** Eduarda Junqueira, advogada, e **Mônica** Sichel Gurvitz, engenheira, ambas sócias do escritório Montaury Pimenta Machado & Vieira de Mello

Maria Eduarda Junqueira e Mônica Sichel Gurvitz\*

## Autor de Milla vai à Justiça contra Netinho e autoriza versão de Mercury

NOTÍCIAS



A "Milla" que embalou foilões e casais apaixonados nos verões e carnavais dos anos 1990 mudou de cara ao conduzir manifestantes em um ato a favor do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no último fim de semana. Manno Góes, compositor da música, não aprovou o novo uso de sua canção e já tomou providências.

Em a entrevista a **Splash**, Góes diz que não pode e nem quer impedir o intérprete Netinho, que fez da música o maior hit de sua carreira, de cantar "Milla". Mas que pode exigir seus direitos como autor, já que se sentiu ofendido com o que viu em vídeos di-

vulgados na **internet**.

Não posso impedir que Netinho cante minha música, mas eu posso impedir que essas cenas filmadas durante essa manifestação permaneçam sendo divulgadas nas redes sociais. Isso estou fazendo. **Manno Góes**, autor de 'Milla'

Netinho, Carla Zambelli, e o partido dela, o PSL (que elegeu Bolsonaro) foram notificados extrajudicialmente no domingo (2) para retirar os vídeos do ar. Como não atenderam o pedido em um prazo de 24 horas, o próximo passo do advogado do compositor é protocolar uma ação judicial contra o cantor, a deputada e o partido, o que deve acontecer até sexta-feira.

"O artista Netinho pode cantar em shows a música 'Milla', desde que pague ao Ecad. O que não é lícito é gravar e disponibilizar vídeos na **internet** utilizando obra musical de terceiro com a finalidade de apoiar um determinado político, sobretudo quando o criador intelectual é veementemente contrário aos ideais desse político", explica Rodrigo Moraes, advogado especialista em **direito** autoral que representa Manno.

Moraes, que também é professor de **direito** autoral na Universidade Federal da Bahia, ainda aponta outro problema na divulgação dos vídeos sem a autorização de seu cliente. "Houve nítida violação ao direito moral à integridade da obra, pois a música 'Milla' não foi criada para essa destinação política, de apoio a um político que fomenta o fim da democracia."

Ele destaca um agravante. "A deputada Carla Zambelli viola a Lei de **Direitos** Autorais ao continuar exibindo esse vídeo em sua página oficial do YouTube, mesmo após formalmente notificada."



Continuação: Autor de Milla vai à Justiça contra Netinho e autoriza versão de Mercury



Além de pagar pelos **direitos** autorais, é necessário a autorização dos autores da música quando a mesma é usada em vídeos de redes sociais, programas de TV e até mesmo passeatas filmadas e divulgadas publicamente como o caso do último sábado. Manno Góes assina "Milla" em parceria com Tuca Fernandes, mas basta o "não" de um dos autores para que a música seja barrada.

## Novo ciclo para "Milla"

Manno Góes se diz chocado com o uso político de uma música "lúdica e doce" que ele escreveu ainda no início da carreira. O músico também é um dos fundadores do Jammil E Uma Noites e compôs diversos hits da música baiana e até mesmo do pop nacional, como "Dani", do Biquíni Cavado.

Ver 'Milla' sendo usada em panfletagem de movimentos antidemocráticos é muito chocante para mim. Contradiz todo o espírito da música, toda a intenção da música baiana que prega a diversidade e a espontaneidade. Me impactou muito negativamente ver aquele apoio a governo que representa o oposto dessa alegria.

Seu alívio é saber que em breve a música será regravada e ressignificada. Daniela Mercury, que é amiga de Manno há muitos anos e já gravou canções dele como "Cidade Elétrica" e "Quero a Felicidade", pediu autorização para gravar sua própria versão de "Milla".

"Achei incrível e já autorizei a minha editora a dar os passos seguintes. Agora é só comemorar e celebrar esse novo momento da música que é um marco da música baiana. E Daniela é o símbolo maior dela. Será uma nova roupagem, começa um novo ciclo para Milla", comemora o compositor.

Sobre o rompimento com Netinho, Manno Góes esclarece:

Ter pensamentos políticos diferentes faz parte da natureza da democracia, porém o Netinho ultrapassa um pouco essa linha. Ele se encontra no que há de pior no discurso do bolsonarismo.

O compositor de "Milla" cita o autoritarismo, negacionismo, terraplanismo e fake news como alguns pontos que o impedem de seguir com a parceria com o principal intérprete de sua canção.

"São questões que fogem à maturidade humana e social e vão de encontro a uma fantasia ideológica terrível que sugere uma interpretação de mundo completamente dentro de uma bolha."

# Flamengo terá que responder por marketing de emboscada na Libertadores

ESPORTES



O Tribunal de Disciplina da Conmebol (Confederação Sul-Americana de Futebol) abriu procedimento contra o Flamengo para apurar o uso da marca de patrocinadores do clube em posts relacionados à Libertadores nas redes sociais.

O regulamento da competição proíbe isso, o que no artigo 6.3.3 trata sobre "**marketing** de emboscada". Não é permitido associar parceiros dos clubes em qualquer menção aos torneios da Conmebol, principalmente aquelas empresas que operam em segmentos idênticos, o que ocorreu nos posts incluídos no processo aberto ao qual a coluna teve acesso.

.blogs-and-columns-recommendation \*{transition: none !important}.blogs-and-columns-recommendation .related-content{visibility:hidden}.blogs-and-columns-recommendation .component-ready.skeleton{min-height:386px;border-top:solid 1px rgba(51,51,51,.08);border-bottom:solid 1px rgba(51,51,51,.08);background-image:url(http://conteudo.imguol.com.br/c/\_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3)}@media (max-width:767px){.blogs-and-columns-recommendation .component-ready.skeleton{min-height:420px;background-image:url(http://conteudo.imguol.com.br/c/\_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading-xs.png?v3)}}Colunistas do UOL O UOL Esporte também está no Telegram. Para se inscrever no canal do Flamengo, clique aqui ou procure por "UOL Esporte Flamengo" no aplicativo. Ao encontrar, é só clicar em "entrar" ou "join". Você receberá diariamente as principais notícias do time e análises dos nossos colunistas.



Continuação: Flamengo terá que responder por marketing de emboscada na Libertadores

Os três posts denunciados foram relacionados à estreia do Flamengo na Libertadores, dia 20 de abril :

1) No Twitter, o clube disse que faria sua estreia fora de casa, contra o Velez Sarsfield, e recomendou aos torcedores que abrissem sua conta no Sportsbet, de apostas online, um de seus parceiros. Apesar de não haver símbolos oficiais da Conmebol e da Libertadores, em destaque o post colocava "Dia de Liberta", com a data e o horário de início da partida;

2) No Instagram se repetiu esse post, com pedido para abrir a conta no patrocinador e o "Dia de Liberta" em destaque;

3) Também no Instagram, a marca de outro patrocinador, o BRB (Banco de Brasília), aparece em post relacionado à Libertadores: a imagem de alguns jogadores se abraçando com a frase "primeiro passo para um grande sonho". Logo embaixo um botão direcionava para mais detalhes, bem acima da logomarca do parceiro.

A Conmebol tem dez patrocinadores para a Libertadores, dois deles dos mesmos segmentos que os parceiros expostos pelo Flamengo em suas redes sociais: o Betfair (de apostas online) e o Santander (banco).

Como mostrou o jornalista Rodrigo Mattos em seu

blog, a proibição da Conmebol de que se possa usar patrocinadores em posts ou ações ligadas à Libertadores irritou a maioria dos clubes brasileiros. Há ainda a recomendação para que não se escondam as marcas parceiras da Conmebol, o que os participantes evitam cumprir já que têm contratos com outras empresas.

Se o Flamengo for condenado pagará uma multa de US\$ 50 mil (R\$ 270 mil), valor que é retirado da cota de US\$ 3 milhões (R\$ 16 milhões) repassada pela Conmebol na fase de grupos. Em caso de reincidência a pena dobra para US\$ 100 mil (R\$ 540 mil), podendo chegar a US\$ 150 mil (R\$ 810 mil) a partir das oitavas de final.

O **marketing** de emboscada é uma estratégia em que empresas se associam a um determinado evento esportivo, cultural, musical ou social buscando ligação sem, no entanto, serem patrocinadoras ou terem gestos oficiais.

Além do Flamengo, outros seis times brasileiros estão na fase de grupos da Libertadores: São Paulo, Palmeiras, Santos, Inter, Atlético-MG e Fluminense. Na Copa Sul-Americana, que têm a mesma regra, mas com patrocinadores diferentes, outros sete brasileiros jogam os grupos: Corinthians, Grêmio, Atlético-GO, Athletico, Bragantino, Ceará e Bahia.

## OAB deve sair em defesa de advogado que bateu boca com Toffoli



A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) abriu um procedimento interno para analisar um bate boca protagonizado pelo ministro Dias Toffoli e o advogado Otto Banho Licks no plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) na última quarta-feira (28).

No próximo dia 19, a Comissão de Prerrogativas da OAB, formada por 20 integrantes, deve votar se fará desagravo ao advogado. O clima interno na entidade é de indignação contra o ministro. A tendência é que seja aprovada a moção a favor de Licks.

.blogs-and-columns-recommendation \*{transition: none!important}.blogs-and-columns-recommendation .related-content{visibility:hidden}.blogs-and-columns-recommendation:not(.component-ready).skeleton{min-height:386px;border-top:solid 1px rgba(51,51,51,.08);border-bottom:solid 1px rgba(51,51,51,.08);background-image:url(http://con

abpi.empauta.com

te udo.imguol.com.br/c/\_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3) ;margin-bottom:40px}@media (max-width:767px){.blogs-and-columns-recommendation:not(.component-ready).skeleton{min-height:420px;background-image:url(http s://conteudo.imguol.com.br/c/\_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loadin g-xs.png?v3)}}Colunistas do UOL

Consultados pela coluna, nem Toffoli, nem o advogado quiseram se manifestar. Segundo o presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB, Alexandre Ogusuku, autoridades que ofendem advogados violam a Constituição Federal e o Estatuto da Advocacia, que tem força de lei.

"Não cabe a juiz ou ministro efetuar censura do advogado. Juiz foi feito para decidir. Essa censura me parece descabida e viola o livre exercício da advocacia que a Constituição assegura. O advogado tem liberdade para fazer os pedidos que considerar devidos. Esse tipo de censura de advogado é inconstitucional, ofende o Estatuto da Advocacia", disse Ogusuku.

Na sessão da semana passada, Toffoli criticou Licks pela publicação de reportagens pagas em jornais defendendo um artigo da Lei de Patentes. Pelo dispositivo, se o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) demorar para analisar pedidos de patente, ela pode ter seu prazo prorrogado. As reportagens criticaram a decisão tomada por Toffoli no mês passado de suspender esse artigo.

Na sustentação oral, o advogado chamou a decisão de Toffoli de "alfaiararia". Com o tom de voz alterado, o ministro rebateu: "É um desrespeito usar a tribuna do Supremo para tratamentos desleais com a mais alta

Continuação: OAB deve sair em defesa de advogado que bateu boca com Toffoli

corte do país". Toffoli disse que iria oficiar os jornais sobre o episódio - que, para ele, configuram infração disciplinar de "fazer publicar na imprensa, desnecessária e habitualmente, alegações forenses ou relativas a causas pendentes", prevista no Estatuto da Advocacia.

"Se isso vira moda, daqui a pouco vão colocar ataques a decisões no jornal, no rádio, na televisão. Isso é deslealdade com outros advogados e outras partes, pois manifestações têm que ocorrer nos autos. Por isso seria importante a publicação de matéria de página inteira pedindo desculpas", opinou o ministro.

"Críticas são normais e importantes para o avanço da hermenêutica e da jurisprudência. Mas o que não se pode tolerar é matéria paga em meios de comunicação por partes ou advogados da causa. Isso é má-fé processual, é deslealdade processual", concluiu Toffoli.

Discussões entre advogados e ministros do STF são raras - mas, quando acontecem, deixam o meio jurídico em polvorosa. Em novembro de 2019, da tribuna do STF, o advogado Renato Nunes disse: "Em toda a minha vida profissional, o pedido de justiça que estou fazendo aqui para vocês, Excelências, ele nunca foi tão eloquente como..." Foi então interrompido pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Indignado, o ministro cobrou do defensor o uso do pronome de tratamento adequado para se dirigir aos integrantes do Supremo. "Ah, me perdoe. Vossas Excelências. Aliás, outro dia, fui chamado a atenção também no TRF (Tribunal Regional Federal) lá de São Paulo", tentou consertar o advogado.

No mesmo julgamento, a advogada Daniela Borges repetiu o equívoco. "Inclusive queria confessar aqui para vocês que nessa causa se discute a ausência de cumprimento..." A fala novamente chamou a aten-

ção de Marco Aurélio, que a interrompeu.

"Presidente, novamente, advogado se dirige aos integrantes do tribunal como vocês. Há de se observar a liturgia!", reclamou o ministro. "Peço desculpas a Vossa Excelência. Talvez pelo nervosismo", respondeu a advogada. Na sequência, ela quase emendou a palavra você, deixando a situação ainda mais constrangedora.

Em junho de 2014, o então presidente do STF, Joaquim Barbosa, mandou os seguranças retirarem do plenário o advogado Luiz Fernando Pacheco, que atuava em nome do ex-deputado José Genoíno (P-T-SP). O defensor interrompeu um julgamento para pedir, com o tom de voz alterado, que o tribunal votasse a transferência de seu cliente do presídio para prisão domiciliar. Um relatório da segurança do tribunal atestou que Pacheco estava "visivelmente embriagado" e teria dito que, "se tivesse uma arma, daria um tiro na cara do presidente".

Em maio de 2013, houve novo embate de Barbosa com a categoria ao dizer, em tom de piada, que a maioria dos advogados acordava tarde. A brincadeira causou crise entre o ministro e entidades de advocacia, que reagiram de forma dura.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que também era presidido por Barbosa, discutia a mudança no horário de atendimento aos advogados no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo). O tribunal abria às 9h, mas o atendimento começava apenas às 11h. Barbosa disse que não via razão para modificar a norma. "Mas a maioria dos advogados não acorda lá pelas 11h da manhã mesmo?", questionou.

Carolina Brígido

# Rascunho de acordo sobre vacinas ameaça ideia de suspensão de patentes

JAMIL CHADE

Um rascunho de uma resolução sobre vacinas contra a covid-19 na OMS (Organização Mundial da Saúde) omite qualquer referência explícita à ideia de uma suspensão de patentes, um dos principais debates políticos no mundo diante da dificuldade em garantir a distribuição de doses para os países mais pobres.

Num documento sobre como ampliar a produção local de vacinas e que será colocado à votação em 20 dias, governos tratam de temas como a **transferência** de tecnologia e acordos para que, de forma voluntária, licenças sejam autorizadas para que laboratórios pelo mundo possam fabricar doses dos imunizantes.

```
.blogs-and-columns-recommendation *{transition:
n
one!important}.blogs-and-columns-recommendati on .relat
ed-content{visibility:hidden}.blogs-and-columns-r
e
commendation:not(.component-ready).skeleton{min
-height:386px;border-top:solid 1px rg-
ba(51,51,51,.08);border-bottom:solid 1px rg-
ba(51,51,51,.08);background-image:url(http://con
teudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-colu
mn
s-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3
)
;margin-bottom:40px}@media (max-wid-
th:767px){
.blog-
s-and-columns-recommendation:not(
.component-rea
dy).ske-
leton{min-height:420px;back-
ground-image:url(http s://conteudo.imguol.com.br/
c
/_layout/v3/blog-
s-and-columns-recommendation/sk
ele-
ton/bg-loadin g-xs.png?v3)}}Colunistas do UOL
Acompanhe as últimas notícias do que acontece no
Brasil e no mundo
```

Mas o texto sequer menciona o projeto liderado pelos sul-africanos e indianos de que todas as patentes de

produtos relacionados com a covid-19 sejam sus- pensas enquanto durar a pandemia. Para diplomatas de países em desenvolvimento, o rascunho do acordo tem um gosto de derrota, ainda que os negociadores admitem que, diante da recusa dos países ricos, pouco poderiam avançar.

Em outubro do ano passado, os dois países causaram um terremoto político e diplomático ao propor que, diante da pandemia, toda a propriedade intelectual sobre tratamentos, equipamentos e vacinas fosse fle- xibilizada. Mais de cem países em desenvolvimento passaram a apoiar a ideia.

Mas os países ricos e o Brasil se recusaram a aceitar a ideia, alegando que a **quebra** de patentes não re- solveria a questão da distribuição de vacinas e que po- deria ser um sinal "perigoso" para o mercado e inovação.

O debate ocorre na Organização Mundial do Co- mércio e, nesta semana, governos terão de chegar a um entendimento sobre como proceder com a ne- gociação.

Mas, na resolução sob negociação na OMS e que será submetida durante a Assembleia Mundial de Saúde, no final do mês, a proposta sucumbiu à pressão das grandes empresas farmacêuticas e dos países ricos.

Em versões anteriores do projeto de resolução, o tex- to se referia à suspensão, o que colocava a questão co- mo um dos caminhos a ser explorado. No rascunho final da resolução, porém, o termo desapareceu.

O novo texto ainda cita as flexibilidades já previstas nos acordos comerciais da OMC e destaca como tais medidas devem ser "interpretadas e implementadas de forma a apoiar o direitos dos países em proteger a saúde pública e promover o acesso à medicamentos".

Continuação: Rascunho de acordo sobre vacinas ameaça ideia de suspensão de patentes

Mas o texto também "reconhece que a proteção à **propriedade** intelectual é importante para o desenvolvimento de novos medicamentos".

No que se refere às negociações sobre a suspensão de patentes, o texto apenas menciona que governos "tomam nota da discussão na OMC e outras organizações internacionais relevantes, incluindo sobre opções inovadoras de fortalecer o esforço internacional em direção a uma produção e distribuição mais equitativa de remédios contra a covid-19".

### Lobby milionário toma conta do processo

Nas últimas semanas, a realidade é que a proposta de isenção de patente para produtos relacionados à pandemia obrigou as grandes empresas farmacêuticas e grupos empresariais a mobilizar lobistas e milhões de dólares em algumas das principais capitais do mundo.

Nos EUA, dados divulgados sobre a atividade de lobby no Senado no primeiro trimestre de 2021 apontam como dezenas de escritórios de advocacia e indivíduos se registraram nesse esforço, alegando que seu trabalho está relacionado à proteção de **patentes** e à proposta de renúncia de **propriedade** intelectual na OMC.

Os arquivos da Câmara de Comércio dos EUA, por exemplo, indicam mais de 17 milhões de dólares em atividade de lobby e, entre os temas tratados, uma delas é clara: "Organização Mundial do Comércio, proposta pendente relacionada à COVID-19 e aos direitos de propriedade intelectual".

A AstraZeneca também reforçou seu exército de lobistas, com gastos de 870 mil dólares em questões no Senado relacionadas com "vacinas COVID-19". A Pfizer, por sua vez, mencionou "questões envolvendo comércio internacional, incluindo proteção da **propriedade** intelectual" em uma das dezenas de registros de pessoas listadas para tra-

balhar para a empresa no Senado e em outros lugares.

Diferentes associações de fabricantes também listam "questões de patentes" como seu foco, enquanto uma delas registrou doze lobistas diferentes em Washington DC..

### Biden sob pressão

A pressão, entretanto, está crescendo por parte dos legisladores e instituições, a fim de promover uma mudança na posição dos EUA em relação às patentes.

Na semana passada, o senador Bernie Sanders e outros apelaram ao presidente Joe Biden para que mudasse de postura. "Sobre esta questão de saúde extremamente importante, esta questão moral, os Estados Unidos têm que fazer a coisa certa", disse ele.

Na semana passada, parlamentares britânicos solicitaram ao governo a publicação de todas as comunicações, e-mails, mensagens telefônicas e documentos de conversas entre a administração de Boris Johnson e as empresas farmacêuticas. O objetivo é entender se o lobby privado influenciou a oposição de Londres na OMC.

Na UE, quase 400 membros do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais assinaram um apelo conjunto expressando seu apoio à renúncia.?

Mas em documentos obtidos pelo Corporate Europe Observatory, um grupo de pesquisa e campanha com sede em Bruxelas, as empresas farmacêuticas se certificaram de que a Comissão Europeia levaria em conta sua opinião ao discutir a questão das patentes, em Genebra.

Segundo o grupo, a Federação Europeia das Indústrias e Associações Farmacêuticas gastou 5,5 milhões de euros em 2020 com 25 lobistas em Bruxelas. Um ano antes da pandemia atingir o continente, eles gastaram 4,6 milhões de euros.

Continuação: Rascunho de acordo sobre vacinas ameaça ideia de suspensão de patentes

Os documentos mostram como a entidade fez lobby em 9 de dezembro de 2020, em uma reunião com representantes comerciais da Comissão Europeia. A fim de convencer que uma renúncia não era o caminho a ser tomado, a entidade "apresentou o cenário de colaborações que os desenvolvedores de vacinas, bem como os que trabalham nos tratamentos COVID-19, se engajam para aumentar a capacidade de fabricação e o fornecimento geral de vacinas e tratamentos".

Durante a reunião, eles listaram "1100 tratamentos e potenciais vacinas" e argumentaram que a indústria tinha a "capacidade de enfrentar a pandemia". O obstáculo não eram as patentes, mas a "preparação dos países" e as "aprovações regulamentares oportunas".

Eles também se comprometeram a "se envolver em acordos de fabricação, que podem incluir **transferência** de tecnologia, processo com licenciados cuidadosamente selecionados ou fabricantes contratados".

Um documento apresentado à UE também alegou que a proposta sul-africana e indiana "representa uma

medida extrema para um problema não identificado". As patentes, por outro lado, eram uma "força capacitadora" para o desenvolvimento de vacinas e para a cooperação entre empresas e governos.

Quatro meses depois, em um discurso na OMC em 10 de março de 2021, a UE seguiu quase de forma literal a recomendação da indústria e "apelou (aos demais países) para uma cooperação pública/privada muito mais estreita, mais integrada e mais estratégica com a indústria".

"Devemos concentrar nossos esforços na cooperação com empresas farmacêuticas, a fim de assegurar que elas firmem acordos de licença com empresas em todo o mundo que tenham a capacidade de produção necessária e possam exportar as vacinas para qualquer país de menor renda sem produção", completaram.

Jamil Chade



## O segredo do meme de R\$ 2,5 milhões



Quem pagaria R\$ 2,5 milhões por um meme que pode ser baixado gratuitamente da **Internet**? Isso pode parecer completamente estúpido, mas aconteceu há poucos dias. E acredite: faz sentido!

Memes são imagens que se tornam muito populares nas redes sociais e são usadas fora do seu contexto original para passar mensagens ou fazer piadas. Ninguém pede autorização ao criador da imagem ou a quem aparece nela para usá-las, e nem por isso alguém é processado por violação de **direitos** autorais.

É natural, portanto, perguntar por que alguém faria essa aparente extravagância de pagar uma fortuna por uma foto que está disponível na rede, e continuará assim. Mais que isso: como alguém pode garantir ser o legítimo dono após comprar uma imagem reproduzida digitalmente milhões de vezes?

A explicação é o NFT, sigla em inglês para "tokens não fungíveis", uma modalidade de comercialização de arte digital viabilizada por uma interessante combinação de tecnologia e mudança cultural. Ainda que isso garanta a propriedade da obra, é de se pensar como um meme pode chegar a valer R\$ 2,5 milhões.

**Veja** esse artigo em vídeo:

A obra em questão foi batizada de "Disaster Girl", e possivelmente você já a viu em alguma rede social. Ele traz a foto de uma menina com um sorriso maroto diante de uma casa um chamusca ao fundo.

"Disaster Girl", meme que foi vendido por R\$ 2,5 milhões

Não se trata de uma montagem: a foto é legítima, tirada em 2005. A menina tem nome: Zoe Roth, que agora está com 21 anos. Ela descobriu o conceito de NFT e, por ser ela a criança retratada em um meme extremamente popular, conseguiu dar a ele o status de obra de arte, e comercializá-lo em um leilão no dia 16 de abril, que lhe rendeu cerca de US\$ 473 mil. Na verdade, o pagamento foi feito com uma criptomoeda chamada ether: a obra foi arrematada pelo usuário 3F-Music por 180 ethers.

Tudo isso pode parecer virtualidade demais para muita gente. Mas acredite: é bem real, por mais que tudo aconteça em um espaço digital. E isso começa pela criptomoeda, que, apesar de não ser garantida pelo banco central de nenhum país, tem alta liquidez e pode ser facilmente convertida em praticamente qualquer moeda "convencional" do mundo, inclusive dólares e reais.

Continuação: O segredo do meme de R\$ 2,5 milhões

A tecnologia que garante quem é o dono de uma obra comercializada como NFT é o **blockchain**, que ganhou força na última década. Funciona como se fosse um livro-razão digital replicado em milhares de computadores no mundo. Ou seja, é uma maneira bastante confiável de armazenar qualquer informação, pois o blockchain não permite que um dado seja apagado ou alterado, e qualquer mudança em uma informação precisa ser autenticada em todos esses servidores pelo dono dos dados. Aliás, o mesmo blockchain é o que garante as transações com as criptomoedas, que têm no Bitcoin sua maior estrela.

"Ninguém é de ninguém?"

Mas nada disso ainda explica como alguém pode ser dono de algo que continua disponível para ser copiado e modificado livremente nas redes. Mais ainda: por que alguém pagaria essa dinheirama toda por algo que qualquer um poderá continuar usando sem pagar.

Essa é a grande mudança de paradigma do NFT. Ao comprar uma obra de arte digital, a pessoa passa a ser reconhecida como sua legítima dona, mas isso não lhe garante nenhum controle ou remuneração por qualquer reprodução do material. Além disso, os **direitos** autorais continuam sendo do autor da obra.

A melhor maneira de entender isso é mudando o foco da arte digital --que pode ser facilmente reproduzida pela **Internet--** para uma obra de arte física, como um quadro ou uma escultura. Por mais que ela exista, tenha um dono e esteja exposta em algum lugar, nada impede que ela seja reproduzida, por exemplo, em fotografias.

Pense no caso de um quadro famoso em um museu, como "O Grito", obra-prima do movimento expressionista. Esse caso é interessante, porque o norueguês Edvard Munch pintou quatro quadros semelhantes com esse título: dois estão no Museu Munch, em Oslo (Noruega), outro na Galeria Nacional de Oslo e o quarto faz parte de uma coleção

particular. Aliás, em 2012, esta última tornou-se a pintura mais cara da história, arrematada em um leilão por US\$ 119,9 milhões.

Ainda assim, essa obra é reproduzida em pôsteres (que são vendidos), em publicações de todo tipo, em fotos de turistas e até na **Internet**, incluindo aí (ironicamente) como memes. Os proprietários dos quadros originais não recebem nada por isso, sequer têm qualquer controle sobre essas reproduções. Mas ninguém duvida que eles são os donos dos originais e, se algum dia resolverem vendê-los, serão remunerados por isso.

Com o NFT, a obra de arte digital ganha esse mesmo status. Talvez o que cause mais estranheza é que, nesse caso, as reproduções são cópias fiéis do original, mas elas continuam com o status de "cópia".

"Everydays: The First 5000 Days", NFT mais caro até agora, leiloado por US\$ 69,3 milhões

O recorde de valor de um NFT aconteceu em março. O artista Beeple entrou para a história com sua obra "Everydays: The First 5000 Days" (algo como "Todos os dias: Os Primeiros 5000 Dias"), uma colagem de 5.000 imagens do seu cotidiano. Ela foi leiloadada por US\$ 69,3 milhões (cerca de R\$ 13 milhões), tornando-se a terceira obra mais cara de qualquer artista vivo.

## A cultura remix

Todo esse movimento, incluindo aí os memes, tangencia outro importante movimento cultural, surgido nos anos 1970, mas amplamente difundido pela tecnologia digital: a cultura remix.

Trata-se da criação de novas obras de arte pela mistura ou mudança de obras de outros autores. Muitas vezes feitas como homenagens de fãs, essas produções são criadas sem autorização prévia (e, às vezes, sem conhecimento) dos criadores dos originais.

Continuação: O segredo do meme de R\$ 2,5 milhões

Possivelmente o melhor exemplo da cultura remix seja Star Wars, que dá origem a incontáveis filmes, livros, quadrinhos, imagens, eventos e uma infinidade de outras coisas que os fãs da saga espacial criam.

De certa forma, o próprio Star Wars, a obra original, é cultura remix! George Lucas construiu toda a história em cima do conceito da Jornada do Herói, criada pelo grande mitólogo americano Joseph Campbell, em 1949. Ele também usou fortemente cenas de filmes de combates aéreos e tem estruturas de obras do cineasta japonês Akira Kurosawa.

Vale dizer que, quando os fãs começaram a criar tudo isso, a Lucasfilm não gostava da ideia, e chegou a processar vários deles. Mas acabaram percebendo que isso era contraditório, pois todo aquele trabalho acabava alimentando ainda mais a devoção das multidões pelo seu produto. Por isso, a empresa não apenas parou com os processos, como, de certa forma, incentiva essas expressões artísticas.

## O valor das coisas

Ainda fica a questão: como um simples meme pode valer R\$ 2,5 milhões?

Temos que entender que qualquer coisa têm o valor que as pessoas atribuem a ela. Não se pode pensar que

Edvard Munch teve muito mais trabalho para pintar seus quadros que Zoe Roth ao ser fotografada no meme: essa não é a medida do valor.

A menina jamais imaginaria que sua foto se tornaria tão conhecida. Da mesma forma, existem muitíssimo mais artistas que permanecem anônimos que aqueles que fazem sucesso.

O valor de qualquer obra, física ou digital, está associada a sua popularidade. É por isso que não se pode achar que qualquer imagem feita no computador vá se tornar uma obra de arte.

Pelo mesmo raciocínio, na Idade Média, as obras sequer eram assinadas pelos seus autores. Elas não eram vistas como um produto. Hoje, muitas tem algum valor, por aspecto histórico. Mas nenhuma vale tanto quanto trabalhos dos grandes nomes do Renascimento, que veio logo depois.

Por isso, antes de procurar qual arquivo no seu computador pode ser vendido como NFT, pense no valor que outras pessoas já atribuem a ele.

Paulo Silvestre

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3, 12

**Direitos Autorais**

6, 15

**Marcas**

8

**Marco regulatório | INPI**

10

**Propriedade Intelectual**

12

**Inovação**

12